

mobilidade internacional do trabalho e gênese do mercado de trabalho no Brasil no século XIX

Adriano José Pereira

Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria

Ricardo Rondinel

Professor do Curso de Ciências Econômicas e do Mestrado em Integração Latino-americana da Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

Este artigo trata da influência da mobilidade internacional do trabalho na formação do mercado de trabalho no Brasil, na segunda metade do século XIX. A abordagem se dá sob a perspectiva de teorias do comércio internacional; mais especificamente, trata da combinação de diferentes fatores produtivos quando há a mobilidade internacional do trabalho. Sob este enfoque, entende-se que a relação centro-periferia determinou que o crescimento da economia brasileira, no período mencionado, fosse exógeno, baseado no modelo primário-exportador; entretanto, este crescimento esteve condicionado à criação do mercado de trabalho no Brasil que, por sua vez, só foi possível com a vinda de imigrantes estrangeiros em grande quantidade.

Palavras-chave: mobilidade internacional do trabalho, mercado de trabalho, comércio internacional, modelo primário-exportador, economia brasileira.

ABSTRACT

This article treats of the influence of the international labor mobility in the formation of the labor market in Brazil in the second half of the 19th century. The approach feels under the perspective of theories of the international trade, more specifically it approaches the combination of different productive factors when there is the international labor mobility. Is possible to understand that the relationship "center-periphery" determined that the growth of the Brazilian economy in the second half of the 19th century goes "outside", based in the primary-exporter model; however this growth was conditioned to the creation of the labor market in Brazil that was possible with the foreign immigrants coming in great amount. **Key words:** international labor mobility, labor market, international trade, primary-exporter model, Brazilian economy.

1. Introdução

Diferentemente de alguns países que, dada a evolução do modo de produção capitalista, criaram condições para que surgisse internamente o seu mercado de trabalho, no Brasil as condições internas não favoreceram, em princípio, a criação de relações sociais de produção capitalistas, até a segunda metade do século XIX.

Este artigo trata da origem do mercado de trabalho no Brasil, dando ênfase aos aspectos relacionados à mobilidade do fator produtivo trabalho e tem por objetivo analisar a criação do mercado de trabalho entre nós, enfocando um aspecto central: a mobilidade internacional e interna de trabalhadores, como processo necessário para o crescimento da participação do Brasil no comércio internacional na segunda metade do século XIX.

Neste sentido, entende-se por criação do mercado de trabalho o contexto em que predominam relações sociais de produção de natureza assalariada, nas quais o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho em troca de um salário.

As dificuldades enfrentadas pela economia brasileira para implantação do trabalho assalariado como forma predominante de trabalho podem ser atribuídas tanto à forma como se deu o processo de colonização, quanto ao capitalismo industrial do século XIX, que submetia os países periféricos às suas necessidades de mercado.

Ao mesmo tempo em que o Brasil contribuía para a formação e a expansão do modo de produção capitalista em âmbito internacional, tinha dificuldades de aprofundar suas relações capitalistas internamente, o que acabava por impor limites à criação do mercado de trabalho.

A abordagem deste artigo está relacionada à teoria do comércio internacional, por entender-se que a economia brasileira, durante o período colonial e, principalmente, pós-colonial (século XIX), teve seu crescimento econômico condicionado à expansão do comércio internacional. Assim, são descritos sucintamente a *teoria das vantagens comparativas* e os teoremas de *Heckscher-Ohlin* e da *equalização dos preços dos fatores*. A partir destes teoremas, analisam-se as influências que a mobilidade do fator produtivo trabalho têm sobre o comércio internacional.

O artigo está dividido da seguinte forma: a segunda seção, após a introdutória, apresenta o referencial teórico de análise, ou seja, as explicações teóricas para existência do comércio exterior e da mobilidade do fator produtivo trabalho. A terceira seção trata da natureza colonial e da realidade de uma sociedade que teve sua economia baseada no trabalho escravo, enfocando aspectos relativos às consequências do processo de colonização, quais sejam: o crescimento econômico centrado em produtos primários de exportação, a dispersão econômica e a ausência do mercado de trabalho; a quarta seção trata do processo de imigração e colonização e do contexto de formação do mercado de trabalho; a última seção é reservada à conclusão.

2. Teorias do comércio internadcional e mobilidade internacional do trabalho

Nesta seção, que está dividida em duas partes, apresenta-se primeiro o referencial básico deste artigo, que se fundamenta nas teorias do comércio internacional. A seguir, mostra-se a importância que tem a mobilidade internacional do fator de produção trabalho.

2.1 Teorias do comércio internacional

Desde que tomou proporções internacionais, o comércio vem-se constituindo em um estímulo ao crescimento econômico. A expansão da demanda internacional de matérias-primas no século XIX, decorrente do crescimento do capitalismo industrial, provocou um ciclo de aumento da importância do comércio exterior que teve reflexos nos países que participaram deste processo.

Com o desenvolvimento dos meios de transporte e das comunicações, as distâncias entre os países se tornaram mais relativas, o que favoreceu o crescimento do comércio exterior.

O comércio internacional foi mais importante para alguns países, em termos de crescimento econômico. Tal importância depende de quanto da sua estrutura produtiva interna esteve voltada, em termos relativos, para a demanda externa em relação à interna. Em função, portanto, desta importância e deste fator de crescimento, são apresentadas a seguir, sucintamente, as principais teorias que mostram as causas da especialização e do comércio exterior entre os países.

Conforme a *lei das vantagens comparativas*, formulada por David Ricardo em 1817, haveria plena mobilidade dos fatores produtivos¹ dentro de um mesmo país, mas esta mobilidade não ocorreria entre países. Assim, a tendência seria que houvesse uma igualdade nos custos dos fatores produtivos, devido à sua mobilidade, em nível nacional, enquanto, em nível internacional, cada país deveria especializar-se na produção daquilo em que possuía vantagem comparativa, em suma, naqueles produtos em que teria condições de produzir com menores custos, em relação a seus parceiros de comércio.

¹ Em se tratando do período em que Ricardo formulou sua "teoria", os fatores produtivos constituíam-se em: terra, trabalho e capital; no entanto, Ricardo considerava o trabalho como o único fator de produção.

Como o trabalho, na ótica de Ricardo, consistiria no único fator de produção, e este deveria deslocar-se, devido à sua mobilidade, no sentido de exercer atividades em qualquer lugar, dentro de um mesmo país, haveria, então, o nivelamento dos custos de utilização deste fator em atividades equivalentes.

Neste sentido, a teoria de Ricardo sobre o comércio internacional está baseada na do valor trabalho, como determinante das vantagens comparativas, as quais poderiam ser estabelecidas por diferenciais de produtividade ou por custos de produção das mercadorias.

A importância do enfoque de Ricardo está em que a determinação da especialização de um país estaria baseada no custo que tem o trabalho e na sua produtividade. Assim, para o autor, o custo da mão-de-obra é determinante na especialização e no comércio exterior".

Apesar de existirem outras abordagens³ sobre o desenvolvimento do comércio internacional, a mais importante, após a *lei das vantagens comparativas*, consiste no que ficou conhecido como *Teorema Heckscher-Ohlin (H-O)*: "Um país exporta as mercadorias produzidas com quantidade relativamente grande de seu fator relativamente abundante" (Jones, 1979, p. 33). Também conhecido como enfoque baseado nas diferenças de *dotações de fatores de produção*, o teorema H-O enfatiza a importância da oferta, afirmando que o que determina a especialização e o comércio exterior entre os países são as diferentes dotações de fatores de produção que existem entre eles. Assim, países abundantes em recursos naturais e terra tenderiam a exportar bens primários, enquanto países abundantes em capital e tecnologia exportariam manufaturas. Seria a explicação da divisão internacional clássica do trabalho.

Este *teorema*, apesar de ser bem mais elaborado e levar em conta a existência de mais de um fator produtivo, bem como de diferentes métodos de produção, não abandona a idéia da utilização de vantagens comparativas para que os países intensifiquem o comércio entre si.

² Esta visão se mantém até hoje. Países com elevado custo de trabalho deslocam as indústrias trabalho-intensivas para países onde o custo relativo do trabalho é menor, procurando manter suas vantagens comparativas, ou para não perdê-las para países que têm salários menores.

³ Haberler (1979, p. 7) relaciona a "teoria dos valores internacionais", de Marshall, e a "teoria do custo real", de Taussig e Viner.

⁴ Este teorema é parte integrante da *teoria Heckscher-Ohlin*, juntamente com outros três, a saber: *teorema da equalização dos preços dos fatores*, *teorema de Stolper-Samuelson* e *teorema de Ribezynski* (Gonçalves et al., 1998).

Assim, reafirma pelo menos uma das proposições fundamentais da *lei das vantagens comparativas*, a de que os custos de produção, em um comércio livre, são os principais determinantes das relações comerciais entre países.

Além disto, pressupõe que os fatores de produção capital e trabalho podem ser substituídos um pelo outro na produção doméstica, de modo que as economias, em condições de livre comércio e concorrência perfeita, possam ajustar o processo produtivo, tendendo ao equilíbrio econômico.

Nestas condições, cada país exportaria bens intensivos em seu fator abundante, importando os que utilizam seu fator de produção escasso, ou seja, aqueles bens em que os custos internos de produção seriam relativamente elevados.

De acordo com Gonçalves *et al* (1998), o *teorema H-O* está baseado em algumas premissas, a saber:

- a) dois países, dois produtos similares e dois fatores de produção (modelo $2 \times 2 \times 2$);
- b) a tecnologia empregada pelos países é idêntica em termos constantes de escala;
- c) a dotação de fatores é distinta em cada um dos países;
- d) a preferência dos consumidores é idêntica e homotética em ambos os países.

Deve-se ressaltar ainda que o *teorema* pressupõe que o mercado se encontra em livre concorrência e que há uma tendência ao equilíbrio da balança comercial⁵.

O *teorema de H-O* explica, atualmente, parcela significativa do comércio conhecido como interindústria⁶, que está baseado na divisão clássica do trabalho, ou seja, países desenvolvidos produzindo manufaturas e países em desenvolvimento produzindo matérias-primas ou produtos que dependam do uso intensivo de recursos naturais.

Um outro teorema importante relacionado ao H-O, conhecido como teorema *Heckscher-Ohlin-Samuelson (H-O-S)*, trata da equalização

⁵ Maiores detalhes sobre o *teorema H-O*, ver Willianson (1989) e Gonçalves *et al.* (1998).

⁶ O comércio interindústria é o de produtos homogêneos, baseado nas diferentes dotações de produção dos países. Por outro lado, o comércio intra-indústria é o de produtos diferenciados, baseado em economias de escala e diferenciação de produtos entre os países.

dos preços dos fatores. Partindo das mesmas premissas, apresenta a seguinte conclusão: "[...] os preços dos fatores seriam inteiramente iguados pelo comércio de mercadorias, sem quaisquer movimentos de fatores" (Willianson, 1989, p. 52).

Neste sentido, entende-se que a intensificação do livre comércio, seguindo o *teorema H-O*, tornaria desnecessária a mobilidade dos fatores produtivos, para que houvesse equalização dos preços. Willianson (1989) afirma que este teorema carece de comprovação empírica, mesmo que tenha sustentação teórica.

Sobre o *teorema da equalização do preço dos fatores*, Haberler (1979, p. 16) afirma que ele "[...] vem provar o oposto do que se propõe demonstrar, a saber: que não há possibilidade alguma de que os preços dos fatores se igualem por efeito do livre intercâmbio de bens", mesmo considerando-se que o livre comércio possa diminuir as diferenças dos preços dos fatores produtivos.

Enquanto o *modelo de Ricardo* considerava as diferenças na produtividade do trabalho entre os países como a base do comércio exterior, a *teoria de Heckscher-Ohlin-Samuetson* concentra-se nas diferenças das dotações domésticas dos fatores de produção e na intensidade do seu uso. O comércio exterior traria como consequência a equalização dos rendimentos absolutos e relativos dos fatores homogêneos. Embora no mundo real todas as premissas do modelo acima referido não existam, o comércio exterior tem propiciado uma redução das diferenças entre os rendimentos dos fatores. A este respeito Salvatore (2000, p. 75-76), ao analisar a convergência de salários reais ocorrida na indústria de 7 países industrializados, conclui: "[...] toma-se mais realista dizer que o comércio internacional *reduziu* e não que eliminou completamente as diferenças internacionais nos rendimentos dos fatores [de produção] homogêneos". Como muitas das *hipóteses do teorema H-O-S* não se verificam no mundo real, dadas as barreiras tarifárias e não tarifárias do comércio, a equalização dos preços das *commodities* não ocorre totalmente, assim como a equalização dos preços dos fatores.

Um outro enfoque que se poderia mencionar é a *teoria dos custos comparativos*, baseada na realocação, quando necessária, dos fatores produtivos, que tem servido como quadro de referência para as principais teorias do comércio internacional. A possibilidade da especialização produtiva, que implica no aperfeiçoamento das suas técnicas — o que acabaria por exercer influência direta no processo produtivo e na inserção de um determinado país no comércio internacional — teve sua abor-

dagem ampliada e aprofundada com a utilização das curvas de possibilidade de produção (CPP)⁷.

A teoria mencionada anteriormente é importante, porque permite analisar como as alterações nas dotações dos fatores afetam as possibilidades de produção de um país, o que altera sua curva relativa às mesmas e tem reflexos nos termos de troca do referido país.

Para Myint (1979, p. 314), a situação dos países subdesenvolvidos no século XIX é bastante característica da *teoria dos custos comparativos*:

Assim, em lugar de um processo de crescimento econômico com base em aperfeiçoamentos constantes em perícias, recombinações de fatores mais produtivos com rendimentos crescentes, a expansão do comércio internacional do século XIX nos países subdesenvolvidos parece ter-se aproximado de um processo mais simples baseado em rendimentos constantes e combinações de fatores bastante rígidas. Tal processo de expansão somente poderia continuar suavemente se pudessem acrescentar ofertas *adicionais* de fatores nas proporções necessárias.

Ainda de acordo com Myint (1979, p. 318-20), existem três razões pelas quais a *teoria da saída para excedentes*⁸, mesmo sendo uma abordagem rudimentar, se apresenta como um instrumento mais adequado do que a *teoria dos custos comparativos*, para explicar a expansão do comércio internacional nos países subdesenvolvidos:

I — As taxas de expansão caracteristicamente altas, que podem ser observadas na produção para exportação de muitos países subdesenvolvidos, não podem realmente ser explicadas em termos da teoria dos custos comparativos fundamentada no pressuposto de recursos dados e técnicas dadas [...] II - O comércio internacional entre os países subdesenvolvidos tropicais e os países adiantados da zona temperada cresceu pelas diferenças flagrantes em Geografia e clima, resultando em diferenças absolutas de custos [...] III — [...] A razão principal é que, de acordo com a teoria de Ohlin, um país prestes a entrar

⁷ As CPP servem como modelo de referência para as abordagens do tipo 2 x 2, ou seja, engloba a maior parte das teorias e dos teoremas sobre o comércio internacional. Detalhamentos e explicações a respeito podem ser encontradas nos manuais de economia internacional.

⁸ De acordo com o autor, esta formulação teórica simplificada tem sua origem em Adam Smith.

em comércio internacional, segundo a suposição, já possui um sistema econômico altamente desenvolvido e flexível que ajusta seus métodos de produção e combinação de fator para fazer frente a uma vasta gama de possíveis variações em ofertas relativas de fator. Mas, de fato, a estrutura econômica dos países subdesenvolvidos é uma aparelhagem muito mais rudimentar que somente pode fazer ajustamentos periféricos.

A questão que se coloca, neste caso, é a seguinte: e quando houver mobilidade dos fatores capital e trabalho? Apesar de não ser levada em consideração, em algumas abordagens teóricas a mobilidade internacional dos fatores capital e trabalho tem sido significativa desde a segunda metade do século XIX⁹.

2.2. Mobilidade internacional do trabalho

Em geral, as teorias do comércio internacional pressupõem que não há mobilidade internacional dos fatores de produção. Entretanto, no mundo real, ela existe. Neste subitem, concentra-se a atenção na mobilidade internacional do fator de produção trabalho e no efeito desta mobilidade na dotação de fatores do país, na remuneração dos fatores e na formação do mercado de trabalho.

De acordo com Krugman e Obstfeld (1999), num contexto em que há dois fatores de produção, a terra e o trabalho, a livre mobilidade internacional deste último levaria a uma convergência dos salários reais, aumentaria a produção mundial como um todo, mas beneficiaria alguns grupos e prejudicaria outros com a mudança¹⁰. O comércio seria um substituto não perfeito para os casos em que fosse restrita ou inexistisse a mobilidade dos fatores produtivos.

O movimento internacional do trabalho beneficiaria mais o país que recebesse imigrantes do que o que enviasse emigrantes; entretanto, mesmo para quem recebe, são necessárias algumas condições para que este movimento internacional se torne favorável. Para Kindleberger (1974, p. 266), "Se a imigração beneficiará ou prejudicará um país de-

⁹ Dado que o objetivo deste artigo não está relacionado aos efeitos da movimentação de capital produtivo, este fator de produção não será levado em consideração na análise a ser realizada.

¹⁰ Por exemplo, os proprietários de terras no estrangeiro seriam beneficiados pela maior oferta de força de trabalho, mas no país de origem dos imigrantes ocorreria o oposto. O mesmo raciocínio é válido para os salários.

pende dos recursos deste em capital e terra, relativamente à população e efeitos dinâmicos dos movimentos em questão".

Quanto à questão da influência do movimento internacional do trabalho sobre os salários, Kindleberger (1974, p. 269) afirma que, "Se não houvesse inibições políticas e sociais em relação ao movimento, os países de imigração entre si experimentariam um declínio de salários, enquanto estes subiriam nos países de emigração".

Para Dobb (1977), os efeitos do movimento internacional de trabalhadores sobre os salários estão condicionados também a outros fatores, tais como qualificação dos trabalhadores, movimentação internacional do capital produtivo e capacidade de organização coletiva. De qualquer forma, entende o autor que, no exercício de atividades semelhantes, que exigem semelhante qualificação, a livre mobilidade do trabalho provocaria uma tendência ao nivelamento dos salários em padrão internacional, somente em atividades específicas.

As vantagens comparativas seriam determinantes na especialização e no comércio exterior dos países. Assim, um país abundante em recursos naturais, como terra, por exemplo, especializar-se-ia na produção de produtos agrícolas. Mas, para isto, é necessário, além da terra, o fator de produção trabalho.

No *modelo dos fatores específicos*¹¹, utiliza-se um fator de produção móvel (o trabalho) e dois fatores de produção específicos, que são o capital, para as manufaturas, e a terra, para os alimentos. Neste modelo, o trabalho pode deslocar-se internamente da produção de manufaturas para a produção de alimentos, dependendo do nível de salários reais existente na produção de cada produto. Também poderia haver um deslocamento internacional de trabalho, o que afetaria os salários reais no país e no exterior, com tendência a aumento e a queda, respectivamente.

O modelo, referido anteriormente, mostra que as trocas beneficiam o fator que é específico do setor de exportação de cada país e prejudicam o fator específico dos setores concorrentes de importação, mas o efeito sobre o fator móvel (trabalho) é ambíguo. Aplicado a países abundantes em terras, como é o caso do Brasil, o modelo prevê que as exportações agrícolas beneficiariam os proprietários de terras e as importações de manufaturas prejudicariam os fabricantes nacionais das mesmas. Embora o resultado sobre o fator móvel trabalho seja ambíguo, espera-se que os trabalhadores envolvidos nos ramos de comércio exterior — exportações e importações - sejam beneficiados com salários reais maiores.

¹¹ Desenvolvido por Samuelson e Jones. A respeito, ver Krugman e Obstfeld (1999), cap. 3, e Caves *et al.* (2001), caps. 6 e 9.

Uma outra forma de analisar a mobilidade internacional do trabalho é seguindo *o enfoque da sua produtividade marginal*¹². Supondo que existam dois países, o *Local* e o *Estrangeiro*, e que ambos utilizem dois fatores de produção, *terra* e *trabalho*, de acordo com a teoria da dotação de fatores, cada país irá exportar *commodities* que utilizem seu fator de produção abundante. Também de acordo com este enfoque, poderá existir a exportação de fatores de produção abundantes. Como a terra não pode ser exportada, países abundantes em terra poderão importar trabalho, seu fator de produção escasso. Por exemplo, se um país (*como o Local*) é abundante em *terras* e tem escassez de *trabalho*, pode importar este trabalho promovendo ou incentivando a entrada de imigrantes. Um dos fatores de atração dos imigrantes seria o rendimento mais elevado que poderia ser obtido no *país Local*, onde abundam terras e há escassez de trabalho. Em princípio, a produtividade marginal do trabalho seria mais elevada no *país Local* do que no *Estrangeiro*, o que propiciaria salários reais mais elevados no *país Local*.

O efeito da migração seria um aumento dos salários reais no *país Estrangeiro* e uma queda no salário real no *país Local*. No longo prazo, havendo perfeita mobilidade do fator trabalho, poderia esperar-se uma tendência à equalização nos rendimentos do trabalho.

Supondo que o *país Local* disponha apenas de terra e não de trabalho, somente resta como alternativa incentivar, de alguma forma, a promoção de imigrações. O rendimento real dos imigrantes vai depender de como estes se integram ao mercado de trabalho, como assalariados ou em formas pré-capitalista de produção. Mas a tendência do rendimento real no longo prazo estará subordinada a como se comporta o mercado de trabalho. Em suma, depende basicamente da sua oferta, dado que a demanda relativa tende a cair com o progresso técnico.

Países que foram colonizados, como é o caso do Brasil, dispunham de terras abundantes, mas havia escassez de mão-de-obra. Assim, existia uma demanda mundial de produtos agrícolas e a oferta poderia ser satisfeita por países como o nosso. A entrada de imigrantes serviu para fortalecer as vantagens comparativas naturais que o país tem e que dependem, como mostrado pela teoria econômica, das diferentes dotações de produção entre os países no mundo. O papel que coube à produção agropecuária, no século XX e no início deste século, no comércio exterior brasileiro, mostra isto.

¹² Ver Krugman e Obstfeld (1999), cap. 7.

3. Conseqüências da colonização do Brasil em moldes escravistas

O processo de colonização do Brasil foi marcado pelo uso do escravo como mão-de-obra predominante. Mesmo quando os escravos passaram a ser a minoria da população, fato que ocorreu durante o ciclo da mineração no século XVIII, a escravidão continuou sendo a principal forma de organização do trabalho produtivo.

O contexto em que se deu o processo de independência, no início do século XIX, fortemente marcado pela influência da Inglaterra¹³, demonstra a dificuldade que uma sociedade, baseada no trabalho escravo há três séculos, tinha em avançar em relação a formas de trabalho menos degradantes para os trabalhadores e mais eficientes para os proprietários dos meios de produção que, neste caso, se resumiam aos latifundiários.

Mesmo sob pressão da principal potência capitalista, para que o trabalho escravo fosse aos poucos sendo abolido no Brasil, para dar lugar a formas de trabalho livre, houve um recrudescimento da escravidão, acentuando-se o tráfico de escravos no segundo quarto do século XIX¹⁴. Prado Jr. (1976, p. 143),

A posição escravista reforçar-se-á aliás depois da Independência, com a ascensão ao poder e à direção política do novo estado, da classe mais diretamente interessada na conservação do regime: os proprietários rurais que se tornam sob o Império a força política e socialmente dominadora.

O aumento do tráfico de escravos demonstra, por um lado, a necessidade crescente de mão-de-obra, dada a expansão do número das lavouras de café e, por outro, a falta de uma alternativa economicamente viável para a implantação de formas de trabalho livre¹⁵.

¹³ Foram vários os tratados e os acordos assinados entre Portugal e a Inglaterra no primeiro quarto do século XIX, em se tratando do processo de independência política do Brasil. Após a independência, os acordos estendem-se da esfera meramente mercantil até a abolição do tráfico de escravos e a indenização paga a Portugal. Maiores detalhes em Mendonça e Pires (2002), cap. 10 e Furtado (1989), cap. XVII.

¹⁴ O número de escravos cresce de 1.147.515 em 1823 para cerca de 2.500.000 em 1850, graças ao crescente aumento do tráfico (Prado Jr., 1976, p. 358).

¹⁵ Qualquer alternativa à redução do tráfico de escravos no período inicial do crescimento da economia cafeeira (Furtado (1989) chama de "Gestão da economia cafeeira") inviabilizaria a produção a partir da elevação dos seus custos, de acordo com Mello (1982).

Dado que o setor externo continuava sendo a fonte de dinamismo da economia brasileira, o processo de independência político-administrativa não se apresentou como capaz de modificar a essência da economia colonial, ou seja, uma economia complementar baseada no trabalho escravo, na produção primária e altamente dependente do comércio internacional.

No entanto, a independência traria algumas mudanças importantes, como a formação de uma classe empresarial (cafeicultores), o controle a partir da esfera produtiva e uma influência direta sobre o governo central (Furtado, 1989).

Como o escravo era considerado parte do capital fixo da empresa, porque sua aquisição era vista como um investimento, isto acabava por dificultar o avanço em direção a relações sociais de produção capitalistas no Brasil. Por mais que a escravidão não fosse uma forma de trabalho eficiente, ela permitia a acumulação de capital sem exercer pressão para que houvesse mudanças estruturais no cenário socioeconômico brasileiro.

O início do fim do tráfico de escravos da África para o Brasil foi marcado por um ato de 1845 ("Bill Aberdeen"), que declarava lícito o apresamento de embarcações utilizadas para tal fim. Como este ato teve origem no parlamento inglês, fica claro que a Inglaterra chamava a si a responsabilidade de acelerar o processo de substituição dos escravos por trabalhadores livres, melhorando com isto a eficiência produtiva (matérias-primas e alimentos) e a distribuição da renda e, por conseguinte, ampliando o mercado consumidor para os produtos industrializados ingleses. Confirmava-se, assim, a histórica relação centro-periferia, como substituta da relação metrópole-colônia.

O fim do tráfico de escravos, a partir de 1850, revelou outras consequências do processo de colonização: a dispersão econômica e a necessidade de que o crescimento fosse baseado em produtos primários de exportação.

Um dos princípios que norteia a participação de um país no comércio internacional é que o mesmo se especialize em produtos cujo fator de produção seja abundante. Neste caso, o único fator de produção abundante e disponível na economia brasileira, na primeira metade do século XIX, era a terra; daí a necessidade de que a fonte geradora do crescimento econômico fosse a produção agrícola.

Como a forma de crescimento econômico era exógena, isto demonstra a incapacidade da economia de então de apresentar uma alter-

nativa de crescimento voltada para o mercado interno¹⁶. Neste caso, a não existência de um mercado interno de consumo está diretamente relacionada ao uso de mão-de-obra escrava em grandes quantidades.

Neste sentido, mesmo quando a economia brasileira volta a crescer, após a independência, estruturalmente não ocorrem modificações; além disto, a elevada dependência do setor externo tem como uma de suas conseqüências a manutenção das relações sociais de produção em moldes coloniais, até que o estancamento do tráfico de escravos decretasse a necessidade de mudanças.

A dispersão econômica, predominante nesta época, estava relacionada à grande extensão territorial do país e também à forma como o processo de colonização, baseado na exploração das riquezas naturais, criou núcleos econômicos isolados e com atividades produtivas que não conseguiram prosperar. Mesmo quando as atividades de colonização se estenderam por um longo período de tempo (caso da economia açucareira) estas não criaram elos de ligação entre regiões, bem como mantiveram sua estrutura produtiva arcaica (baseada no trabalho escravo e sem avanço técnico).

Desde o início da colonização, marcado pelo "ciclo do Pau-Brasil", evidenciou-se a necessidade portuguesa de garantir a propriedade territorial, ameaçada por outras Nações.

A política de ocupação territorial, no início do século XVI, encontrou dificuldades de toda a ordem, que vão desde a reduzida população portuguesa para colonizar o Brasil até a inexistência de atividades econômicas lucrativas o suficiente para deslocar investimentos portugueses realizados em outras regiões do globo.

É somente com a economia açucareira que Portugal conseguiu fixar núcleos populacionais definitivos. No entanto, a produção açucareira no Nordeste, voltada totalmente para a exportação, apesar de gerar muita riqueza para Portugal¹⁷, não se estendeu além de alguns pontos do litoral e em atividades criatórias que acabaram sendo interiorizadas.

A decadência da economia açucareira, ocorrida na segunda metade do século XVII, evidenciava a inexistência de atividades econô-

¹⁶ Furtado (1989) utiliza o termo *autopropulsão* para identificar a situação em que as exportações também gerassem alternativas de crescimento do mercado interno. O próprio autor entende que isto não ocorre antes do último quarto do século XIX.

¹⁷ De acordo com Simonsen (1978), o ciclo do açúcar gerou, durante o período colonial, um valor acima de 300 milhões de libras, superior aos 200 milhões gerados pelo ciclo da mineração no século XVIII.

micas em território colonial que pudessem prosseguir, apesar da crise, aumentando, assim, a já elevada dispersão econômica, à exceção da pecuária, que cresceu e se interiorizou, como produção para subsistência.

O ciclo do ouro, durante o século XVIII, contribuiu para que aumentasse a vinda de portugueses para o Brasil, em busca de enriquecimento, mas não criou condições suficientes para resolver o problema da dispersão econômica.

A mineração na colônia, atividade de natureza meramente exploratória, rendeu muitos dividendos para Portugal e Inglaterra, mas pouco incentivou o crescimento de outras atividades econômicas no Brasil. De fato, a decadência da economia mineira marcou um retrocesso da economia colonial, em direção à economia de subsistência como forma produtiva que ocuparia a maior parte da população livre no final do século XVIII e início do XIX.

Salvo exceções, como o caso do Maranhão¹⁸, a economia colonial inicia seu processo de independência sem alternativas de crescimento econômico, em um território cuja extensão era bastante superior à do início da colonização, com uma população predominantemente livre e dispersa pela vastidão territorial. No entanto, é somente com o fim do tráfico de escravos que a dispersão econômica passaria a se constituir em um problema para os latifundiários.

A criação da primeira "Lei de terras" no Brasil, em 1850, demonstra claramente o desejo da classe dominante de resolver um problema que, segundo diagnóstico equivocado, residia tão somente na abundância de terras ocupadas por posseiros, para a produção da subsistência. Seguramente que a abundância de terras permitia que as atividades econômicas de subsistência pudessem estender-se pelo território nacional sem qualquer tipo de obstáculo; entretanto, a dificuldade de "recrutamento" da mão-de-obra dispersa pelo território nacional ia muito além da abundância de terras sem proprietários:

"a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos. Na realidade, um tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários de terra" (Furtado, 1989, p. 121).

"Furtado (1989) destina o capítulo XVI, "O Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial", para tratar de uma exceção na decadente economia colonial.

Sobre este fato, Mello (1982, p. 77) afirma que "Há homens, mas o mercado de trabalho está vazio, porque os homens, em quantidade superabundante, não podem ser submetidos ao capital".

A existência de um contingente interno de trabalhadores suficiente para abastecer de mão-de-obra as lavouras de café fica evidente quando Furtado (1989) aborda aspectos relativos à "transumância amazônica", ou seja, à migração do Norte e Nordeste do Brasil em direção à região amazônica, para exercer atividades extrativas. De acordo com o autor, somadas a última década do século XIX e a primeira do século seguinte, teria havido um fluxo de cerca de 500.000 pessoas somente do Norte e do Nordeste para a Amazônia¹⁹.

As tentativas de se resolver o problema da falta de mão-de-obra disponível e de uso rentável, até que se formasse um mercado de trabalho, demonstram a dificuldade dos latifundiários cafeicultores em superar uma condição estrutural da economia brasileira: a ausência de oferta de força de trabalho, ou seja, a inexistência do mercado de trabalho.

Começando pelas contratações, que ficaram conhecidas como regime de semi-servidão, passando pela parceria, chegando aos crescentes fluxos imigratórios, torna-se claro que a solução pretendida para o problema da carência de força de trabalho não estava no trabalhador nativo.

4. imigração e gênese do mercado de trabalho no Brasil

A imigração fez parte da formação econômica brasileira desde o início do processo de colonização, mas foi somente na segunda metade do século XIX que passou a ser adotada de forma sistemática, como uma política da classe latifundiária para resolver um problema que entravava o crescimento econômico: a falta de mão-de-obra disponível e de uso rentável. Esta seção trata do contexto em que se dá o crescimento da imigração, da Europa para o Brasil, na segunda metade do século XIX, e da sua influência na formação do mercado de trabalho brasileiro.

A periodização²⁰ adotada por Mello (1982) demonstra que, mesmo havendo importantes mudanças estruturais na economia brasileira durante o século XIX, ela mantinha sua função complementar, ou seja, produção primária para abastecer os centros capitalistas industrializados.

¹⁹ Este dado é relevante, considerando-se que a força de trabalho no Brasil, em 1900, era de 7.582.000 trabalhadores (Nicol, 2003, p. 193).

²⁰ 1) Economia colonial até 1822; 2) economia mercantil-escravista cafeeira nacional de 1822 a 1888, e 3) Economia capitalista primário-exportadora de 1888 a 1930.

O investimento em infra-estrutura e tecnologia (portos, estradas de ferro e mecanização da produção agrícola), aliado ao crescente fluxo de imigrantes, permitiu a expansão acelerada da produção cafeeira nas duas últimas décadas do século XIX²¹.

Sobre a imigração para o Brasil, pode-se dizer que, de pouca importância durante os dois primeiros séculos da colonização, passou a ser relevante somente a partir do ciclo da mineração, fazendo com que, até o final do século XVIII, a maior parte da população brasileira fosse composta por não-escravos²².

No entanto, os primeiros movimentos migratórios, apesar de serem em grande quantidade, não se constituíram em um fator causador de modificações estruturais na economia brasileira, no que diz respeito a mudanças nas relações sociais de produção predominantes. Pelo contrário, o movimento migratório português, durante o século XVIII, demonstrava apenas a fragilidade da economia metropolitana e a sua necessidade de extrair o máximo excedente possível da colônia.

Até a década de 1850, a imigração esteve sujeita a acontecimentos isolados, não se caracterizando como um processo contínuo²³. Desta forma, a instalação de núcleos coloniais acabou sendo onerosa e não resolveu o problema da falta de mão-de-obra. De acordo com Furtado (1989, p. 125):

Para que as colônias chegassem a constituir um êxito como política imigratória e atrásem pelo exemplo correntes espontâneas de povoamento, teria sido necessário que as mesmas se dedicassem de imediato a atividades produtivas rentáveis. Esse objetivo só poderia ser alcançado em dois casos: integrando a colônia nas linhas de produção de um artigo de exportação, ou orientando-a de imediato para a produção de artigos que dispusessem de mercado no país.

No caso do Brasil, a segunda alternativa não se apresentava viável, em função da não existência de mercado consumidor interno, que só seria criado com o surgimento do mercado de trabalho.

²¹ O crescimento da produção - juntamente com o aumento dos preços internacionais do café — contribuiu para que houvesse uma melhora nos salários durante o período (Mello, 1982).

²² Furtado (1989, p. 74-75) apresenta estimativas, em nota de rodapé, sobre esta mudança na composição da população da colônia, lembrando-se que o primeiro censo foi realizado no Brasil somente em 1872.

²³ Isto fica claro, quando se observa o abandono, por parte do Império, de alguns núcleos coloniais, como os de alemães no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Com o estancamento do tráfico de escravos em 1850, passaram a ser modificados os procedimentos em relação à obtenção de mão-de-obra. Isto não determinou, de imediato, a criação do mercado de trabalho, mas fez com que as mudanças necessárias a serem adotadas apontassem em direção ao uso do trabalho livre como forma predominante.

A maior dificuldade estava na necessidade de mudança na forma como a classe latifundiária agia em relação ao modo como se dava o uso da mão-de-obra; talvez ainda mais difícil tenha sido adaptar-se à realidade de que os trabalhadores não seriam mais um "ativo" da empresa (Furtado, 1989).

Mesmo que o uso do trabalho assalariado apresentasse vantagens em relação ao trabalho escravo²⁴, era necessário que houvesse um período de transição para que as relações sociais de produção capitalistas predominassem em território brasileiro.

Do fim do tráfico de escravos à criação do mercado de trabalho podem ser identificadas duas etapas. A primeira consiste no que ficou conhecido como parceria²⁵. Implantada nos anos 1850, a parceria consistia em que os cafeicultores financiavam, junto ao Estado, a passagem e os gastos de instalação dos colonos, fazendo com que estes assumissem dívidas a serem pagas com o trabalho futuro. Contratados como parceiros, os trabalhadores eram pagos em função da colheita, o que não lhes permitia arrecadar dinheiro suficiente para pagar suas dívidas com o latifundiário. Resultado: "Este sistema conduziu o trabalhador a uma situação próxima à da escravidão" (Silva, 1986, p. 37).

A segunda etapa ocorre nos anos 1860, onde se introduz um sistema misto em que o *colono*²⁶ recebia um salário monetário anual em troca de seu trabalho, bem como uma outra remuneração paga no momento da venda da colheita. Restavam os problemas de gastos com transporte, que foram resolvidos somente na década de 1870, quando o governo federal passou a assumir esta responsabilidade, tendo em vista que os trabalhadores, vindos em sua maioria da Itália, eram livres.

²⁴ O trabalho assalariado é caracterizado pelo pagamento, após o uso, pela divisão do trabalho, tendo no salário a retribuição; é mais produtivo porque permite o avanço técnico, enquanto o trabalho escravo se caracteriza pelo investimento em capital fixo, é compulsório e apresenta problemas no ajuste da demanda.

²⁵ Sobre este sistema, vários autores apresentam algum tipo de descrição, entre os quais Guimarães (1989), capítulo VII, Silva (1986), capítulo II, Furtado (1989), capítulo XXII, e Mendonça e Pires (2002) capítulos 11 e 12.

²⁶ Conforme observa Furtado (1989), todo o imigrante era chamado de colono, mesmo que fosse contratado apenas como trabalhador assalariado.

Estavam, portanto, lançadas as bases para a formação da grande corrente migratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no Estado de São Paulo. O número de imigrantes europeus que entram neste Estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália (Furtado, 1989, p. 128).

Dadas as condições favoráveis do lado da oferta de força de trabalho, a criação do mercado de trabalho no Brasil era apenas uma questão tempo²⁷. A relação de dependência externa, marcada pelo crescimento exógeno próprio do modelo primário-exportador, determinava as condições em que se daria a demanda por força de trabalho, bem como o uso deste fator.

O surgimento do mercado de trabalho no Brasil teve características diferenciadas de outros países capitalistas. Não foi a partir da oferta terna de mão-de-obra que as relações sociais de produção de natureza capitalista passaram a vigorar; pelo contrário, é na divisão internacional do trabalho que o Brasil encontra oferta de força de trabalho em abundância, para resolver o problema²⁸.

Dado que a força de trabalho desempenha uma expressiva função processo produtivo, sua importância não é menos significativa no que diz respeito ao comércio internacional de mercadorias, principalmente a partir de países onde o seu uso é intensivo.

No caso do Brasil, a força de trabalho desempenhou um papel fundamental, dada a natureza da atividade econômica, predominantemente agrícola, e, em se tratando do surgimento e do crescimento

A expansão da economia cafeeira criou a base para a implantação do mercado de trabalho. Entre 1851-60 o Brasil exportou em média 27.339 sacas de 60 kg de café passando para 51.631 sacas no decênio 1881-90 (Prado Jr., 1976). No primeiro decênio após a independência, o café representava 18% do valor das exportações do Brasil, chegando a 40% nos dois decênios seguintes, e a 70% no último decênio do século XIX (Furtado, 1989). O café ocupava, então, o primeiro lugar entre os produtos primários de exportação no comércio internacional.

De acordo com Kindleberger (1974, p. 257): "[...] a Europa exportou 60 milhões de pessoas para além mar entre 1851 e 1960 [...]". A Grande Depressão do século XIX (1874-1896), de acordo com Dobb (1987), contribuiu para o empobrecimento algumas regiões da Europa, como o sul da Itália, o que facilitou o "recrutamento de colonos" por parte dos países de destino.

indústria a partir do último quarto do século XIX, a importância da força de trabalho imigrante foi ainda maior. Passaria então o Brasil a obter os benefícios do comércio internacional, aliado à divisão internacional do trabalho (Albuquerque, 1987).

De acordo com Vignoli (2003), o número de imigrantes que ingressou no Brasil entre 1880 e 1897 foi de 1.475.214; número significativo, levando-se em consideração que a população total do país em 1890 era de 14.333.915. Conforme Nicol (2003), a força de trabalho, em 1900, era de 7.582.000 pessoas, sendo que 67% estavam ocupadas na atividade agrícola.

Diferentemente do que ocorre com outros fatores produtivos, historicamente, a força de trabalho tem apresentado uma abundância relativa, principalmente após a ocorrência de inovações tecnológicas. Esta abundância relativa teve como consequência o excesso de oferta de força de trabalho em alguns países, já na segunda metade do século XIX.

Como o trabalho é custo²⁹ e fator de produção, tem sido utilizado no processo produtivo das mais diversas formas possíveis, exercendo maior ou menor influência sobre a produção, dependendo do tipo de produto. Esta condição acaba por atingir, de alguma forma, todos os países que participam do comércio internacional, principalmente aqueles em que o crescimento é exógeno.

Deve-se ressaltar que, apesar de o Brasil ter tido seu crescimento durante o século XIX baseado no setor primário-exportador, com o passar do tempo a vinda de imigrantes formaria a base do mercado de trabalho no setor urbano da economia, atendendo à demanda dos estabelecimentos comerciais e, principalmente, da indústria.

A forma como se organizou o processo de imigração no Brasil visava atender às lavouras de café que, com o fim do tráfico de escravos, não encontraram condições adequadas para satisfazer sua necessidade de mão-de-obra com o trabalhador nacional³⁰.

O número de imigrantes [*sic*] brasileiros (brasileiros vindos de outras regiões do Brasil) é praticamente nulo durante os últimos

²⁹ Em função da abrangência do tema e dos objetivos deste artigo, não se tratará de questões relativas a salários. Parte-se apenas de uma premissa fundamental: à medida em que aumenta a oferta de força de trabalho, os salários tendem a cair e influenciar diretamente, e para baixo, os custos de produção.

³⁰ De acordo com Silva (1986), nas duas primeiras décadas da imigração, dois terços dos imigrantes chegados a São Paulo foram empregados nas plantações.

decênios do século XIX; eles representavam apenas 5,5% do número total de imigrantes chegados entre 1908-1917. Durante o período 1918-1827 eles já representavam 23,4% dos novos imigrantes (Silva, 1986, p. 46).

Neste caso, evidencia-se que a pouca mobilidade interna do trabalho contrastava com a crescente mobilidade internacional no final do século XIX.

A medida em que os contratos de trabalho eram feitos pelo prazo de um ano, os imigrantes poderiam decidir em relação à sua situação enquanto trabalhadores agrícolas, o que fez com que um grande contingente buscasse melhores oportunidades nos centros urbanos em crescimento e, no extremo, abandonasse o País³¹.

O crescimento da oferta de força de trabalho, aliado a fatores como o avanço das estradas de ferro³² e a implantação da mecanização na produção de café (secadoras e classificadores) fizeram com que esta crescesse em larga escala nas últimas duas décadas do século XIX. "A produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) em 1880-1881 para 5,5 em 1890-1991, alcançaria em 1901-1902 16,3 milhões" (Furtado, 1989, p. 177).

Apesar de deter, na época, cerca de 3/4 da oferta mundial de café, as políticas de valorização do café no Brasil contribuíram para um controle artificial da oferta, dado que o objetivo principal, durante o Império e a República Velha, era manter a rentabilidade e, por conseguinte, o lucro dos cafeicultores (Delfim Netto *apud* Mello, 1982).

Com abundância dos fatores produtivos terra e trabalho, não havia entraves para o crescimento da oferta de café; os problemas surgiram em virtude do descompasso entre os crescimentos da oferta, de forma acentuada, e da demanda, em um ritmo inferior.

Dado que a expansão da economia cafeeira no Brasil, em moldes capitalistas, contribuiu para a expansão dos centros urbanos, a crescente oferta de força de trabalho nacional e, principalmente, estrangeira, iria deslocando-se do meio rural para o urbano à medida em que o comér-

³¹ Entre 1902 e 1906, 182,9 mil trabalhadores imigrantes entraram no Brasil, enquanto saíram 176,1 mil (Silva, 1986).

³² De 713,1 km em 1869, as estradas de ferro passam para 13.980,6 em 1899 (Silva, 1986, p. 52).

cio local e a produção industrial se expandiam, ou seja, à medida em que havia crescimento do complexo exportador cafeeiro³³.

Em 1901, estima-se que 90% dos operários de São Paulo são estrangeiros. Uma pesquisa sobre a indústria têxtil na cidade de São Paulo, em 1913, indica que em um total de 10.184 operários não há mais que 1.083 de nacionalidade brasileira contra 6.044 italianos, por exemplo (Silva, 1986, p. 92).

Formava-se assim o mercado de trabalho no Brasil, em moldes capitalistas, mas com aspecto diferenciado: a produção agrícola de exportação era determinante do crescimento econômico.

5. Conclusão

A combinação de fatores produtivos acaba por determinar a forma como se dá o processo de produção, bem como a participação de um país no comércio internacional. Segundo a teoria econômica predominante, a especialização e o comércio exterior de uma nação dependem de sua dotação de fatores. No caso do Brasil, as exigências de um crescimento exógeno fizeram com que aumentasse a necessidade de crescimento da oferta local do fator produtivo trabalho, o que foi satisfeito com a imigração.

O *teorema de Heckscher-Ohlin* prevê que a especialização dependa da relativa abundância ou escassez de fatores de produção. No caso brasileiro, os fatores de produção abundantes eram a terra e os recursos naturais e o fator de produção escasso era a mão-de-obra, especificamente, trabalhadores para a produção agrícola.

Embora a teoria do comércio internacional não contemple em suas hipóteses a movimentação internacional de fatores de produção, no mundo real, esta, de uma ou de outra forma, sempre existiu. Assim, a migração internacional de trabalhadores é um elemento que torna rela-

³³ Algumas características do capital cafeeiro são relevantes para se entender por que se tratava de um "complexo exportador": a) era agrário, no sentido produtivo; b) comercial, dada a necessidade de realização da produção; c) financeiro, à medida em que gerava recursos mais do que suficientes para a ampliação da produção (nos períodos de alta dos preços); d) industrial, porque tinha na indústria uma alternativa de investimento com condições previamente estabelecidas, e e) essencialmente mercantil e dependente do mercado externo (demanda) e do capital externo (empréstimos e financiamentos). Maiores detalhes, ver Mello (1982) e Silva (1986).

tivo o *teorema de H-O*. Países que não dispõem de alguns fatores de produção devem importá-los, quando isto é possível, ou então exportar capital para produzir, utilizando-se de outros fatores de produção no exterior. Para o Brasil, a saída se deu através das migrações ou da importação de mão-de-obra que era excedente no exterior. Foi isto que viabilizou a produção doméstica de produtos agrícolas, que era absorvida pela demanda internacional dos países do centro.

No Brasil, a escassez de trabalho determinou a necessidade da mobilidade internacional deste fator, dado que, nos três primeiros quartéis do século XIX, o único fator produtivo abundante no país era a terra. Neste sentido, no contexto da divisão internacional do trabalho, o Brasil, como *país periférico*, teve sua demanda por mão-de-obra suprida pelo *centro*. Deste modo, o crescimento da produção de matérias-primas e alimentos no Brasil e, por conseguinte, o abastecimento da demanda dos países industrializados, estava condicionado à oferta internacional de força de trabalho.

O Brasil utilizou-se do trabalho de imigrantes para a expansão da produção na segunda metade do século XIX. Assim, a especialização foi inerente tanto à vinda de imigrantes quanto à importação de máquinas e equipamentos para a agricultura e, principalmente, para a indústria nascente. Isto não implicava em que não houvesse especialização local, mas a experiência da mão-de-obra estrangeira foi importante.

Deve-se observar, no entanto, que a forma da inserção do Brasil no comércio internacional no século XIX — como abastecedor de matérias-primas e comprador de produtos industrializados - fez com que o crescimento da produção estivesse condicionado à constante adição do fator produtivo trabalho.

O crescimento econômico brasileiro, na segunda metade do século XIX, esteve orientado pelo modelo primário-exportador. Havia no país abundância de terras que poderiam ser exploradas pela produção agropecuária. No entanto, não havia um mercado interno para esta produção; a saída natural seria a exportação. Faltava apenas resolver a equação da oferta, importando o fator produtivo escasso no país, que foi viabilizado através das imigrações.

O crescimento desta imigração estrangeira para o Brasil forneceu um fator de produção necessário ao crescimento exógeno, contribuindo para que a economia brasileira permanecesse, por várias décadas, vinculada ao modelo primário-exportador.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Marcos C. C. de, *Divisão internacional do trabalho*, *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC-L&PM, v. 4, n. 1, jul./set., 1987: 95-103.
- CAVES, Richard E. *et al.*, *Economia internacional: comércio e transações globais*, São Paulo: Saraiva, 2001.
- DOBB, Maurice, *A evolução do capitalismo*, Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- _____, *Os salários*, São Paulo: Cultrix, 1977.
- FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, 23. ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1989.
- GONÇALVES, Reinaldo *et al.*, *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*, Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- GUIMARÃES, Alberto P., *Quatro séculos de latifúndio*, 6. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HABERLER, Gottfried, "A teoria clássica dos custos comparativos e dos valores internacionais de Hume e Marshall", in SAVASINI, José A. *et al.* (Orgs.), *Economia internacional*, São Paulo: Saraiva, 1979: 3-31.
- JONES, R. W., "Proporções de fatores e o Teorema Heckscher-Ohlin", in SAVASINI, José A. *et al.* (Orgs.), *Economia internacional*, São Paulo: Saraiva, 1979: 33-48.
- KINDLEBERGER, Charles P., *Economia Internacional*, São Paulo: Mestre Jou e Brasília: INL, 1974.
- KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice, *Economia internacional: teoria e política*, São Paulo: Makron Books, 1999.
- Mello, João Manoel Cardoso de, *O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Marina G. de e PIRES, Marcos C, *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2002.
- MYINT, Hla, "A 'teoria clássica' de comércio internacional e os países subdesenvolvidos", in SAVASINI, José A. *et al.* (Orgs.), *Economia internacional*, São Paulo: Saraiva, 1979: 309-333.
- NICOL, Robert, "Pré-requisitos da indústria: educação, ciência e tecnologia", in Rego, José M. e Marques, Rosa M. (Orgs.), *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Saraiva, 2003: 178-225.
- PRADO JR., Caio, *História econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1976.
- Salvatore, Dominick, *Economia internacional*, 6. ed., Rio de Janeiro: LTC Edirora, 2000.
- SILVA, Sérgio, *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*, 7. ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- SIMONSEN, Roberto C., *História econômica do Brasil (1500-1820)*, 8. ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

VIGNOLI, Francisco, "A imigração e a formação do mercado de trabalho",
in Rego, José M. e Marques, Rosa M. (Orgs.), *Formação econômica do Brasil*,
São Paulo: Saraiva, 2003: 111-134.

WILLIANSO, John, *A economia aberta e a economia mundial*, Rio de Janeiro:
Campus, 1989.